

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**A “INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA”: UMA HISTORIOGRAFIA A SERVIÇO DO
EXÉRCITO BRASILEIRO**

Manoel Rodrigues de Miranda Júnior

NATAL / 1999

MANOEL RODRIGUES DE MIRANDA JÚNIOR

**A “INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA”: UMA HISTORIOGRAFIA A SERVIÇO DO
EXÉRCITO BRASILEIRO**

Monografia apresentada à Disciplina Pesquisa
Histórica II, do Curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
ministrada pela Professora Denise Mattos
Monteiro e sob a orientação do Professor
Wicliffe de Andrade Costa.

NATAL / 1999

*A memória de Francisca de Assis Moreira de
Miranda (D. Cisa), minha amada mãe, e de João
Paulo Moreira de Miranda, meu estimado sobrinho e
irmão.*

AGRADECIMENTOS

A DEUS, Senhor e amigo, presente em todos os momentos.

A minha esposa Aurení, pela compreensão e por seu amor incondicional a mim.

A meu amado filho Emanuel Vinicius, pela sua pureza e força e por entender minha ausência .

A meu pai Miranda, homem batalhador e de brio, por tantas lutas enfrentadas por amor a seus filhos.

Ao Professor Wicliffe de Andrade Costa, por ter aceitado a orientação; pelos valiosos instantes a mim dedicados e pelas contribuições dadas, imprescindíveis para na elaboração desta Monografia.

A minha irmã Maria do Carmo, modelo de dedicação, pelo exemplo.

A minha amada amiga Dr^a Maria Aurice de Lavor Lira, pelo incentivo e estima.

Ao Professor Francisco Fagundes de Paiva Neto, com quem me aproximei do tema, por sua presença fundamental na elaboração do projeto.

Aos companheiros de trabalhos, Cap Paulo de Tarso Passos, Sgt Romildo de Araújo Silva, Sgt Manoel Bezerra de Araújo, Sgt Adão Coutinho, pelo apoio prestado, liberando-me sem restrição a biblioteca da Unidade, fundamental em minha coleta de dados.

A Professora Fátima Martins Lopes, pelos ensinamentos transmitidos durante a elaboração do projeto.

Aos meus irmãos Martiano, José Bonifácio, Alberto Rodrigues, Jânio Stand, Rosa Arlinda, Alexandro Moreira , Luizete Rodrigues, pelo o incentivo irrestrito.

Aos amigos Lindair Alves, Rogério Bandeira, Carla Bandeira , Marta Neide, Marcus Rangel, Micheline Santana, Rita Ponte, Reinaldo Silva, Adilson Santos, Edna Maria, pela valiosa amizade, demonstrada ao longo desta empreitada.

Enfim, a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta Monografia.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. GUERRA HOLANDESA – HISTORIOGRAFIA OFICIAL-MILITAR.....	4
2.1. Antecedentes históricos – contextualização.....	4
2.2. A invasão da Bahia – 1º Período.....	5
2.3. A invasão de Pernambuco – 2º Período.....	8
2.4. Governo de Maurício de Nassau – 3º Período.....	10
2.5. Insurreição Pernambucana (1645-1654) – 4º Período.....	13
2.6. Práticas militares no Brasil – técnica brasileira de luta.....	19
2.7. As lideranças luso-brasileiras em Guararapes.....	23
2.8. O legado transmitido ao Exército Brasileiro de hoje.....	25
3. CRÍTICA À HISTORIOGRAFIA OFICIAL-MILITAR.....	27
3.1. Índios e negros: lutando ao lado de ambas as partes envolvidas no conflito.....	27
3.2. Da real situação de índios e negros no Brasil colônia – síntese.....	28
3.3. Razões do conflito entre holandeses e luso-brasileiros.....	31
4. CONCLUSÃO.....	34
5. BIBLIOGRAFIA.....	35

1. INTRODUÇÃO

As invasões holandesas ao Nordeste brasileiro, no decorrer do século XVII, particularmente à capitania de Pernambuco (1630-54), têm um espaço oportuno na historiografia que estuda o período colonial no Brasil, com abordagens e interpretações variadas.

Se, de um lado, temos uma historiografia que aborda este período, levando em consideração aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais; do outro lado, a historiografia oficial-militar, com um enfoque diferente, prioriza a guerra, principalmente a 1ª Batalha de Guararapes, os heróis, valores como bravura, coragem, abnegação, desprendimento, a união das raças – branco, índio e negro - na defesa da terra, o legado deste momento aos quadros formadores do Exército Brasileiro hoje; enfim, uma história factual, sem um enfoque crítico.

Neste sentido, a historiografia oficial-militar, parte do pressuposto de que a “gene” de nossa Nação e do Exército Brasileiro estariam presentes no sentimento nativista demonstrado pelas “raças unidas”, que lutaram pela consolidação da expulsão do invasor, deixando de lado aspectos importantes, que também estariam inseridos neste contexto.

O interesse por este tema, vem deste choque de interpretações. A historiografia crítica, a que tive acesso na Academia com a historiografia oficial-militar, tendenciosa, que faz parte do meu cotidiano de trabalho.

A historiografia oficial-militar, utilizando-se da Metodologia do Ensino Militar e do Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB), e dos órgãos de Comunicação Social da Instituição, tanto nos Estabelecimentos de Ensino Militar, quanto em Organizações Militares, nas diversas regiões do Brasil, busca estabelecer o mito de que a expulsão dos holandeses por parte de “patriotas”, em meados do século XVII, bem como os conflitos paralelos em que as tropas holandesas e luso-brasileiras se envolveram, particularmente a 1ª Batalha de Guararapes, tenham significado os primórdios de nossa nacionalidade e do Exército Brasileiro.

Contrapondo esta dinâmica, poderíamos colocar em evidência os verdadeiros interesses em centrar uma ideologia nativista no Nordeste, a partir da segunda metade do

século XVII, dentro do contexto das “guerras holandesas”, bem como o quadro político-econômico em que a guerra estaria inserida, já que num primeiro momento os senhores de engenho apoiaram os holandeses, e num segundo momento, com o aumento de impostos e perda de capital, passaram a querer a expulsão destes.

Outro aspecto importante seria o questionamento sobre as razões para se falar em nacionalidade, povo e nação, e Exército Brasileiro neste período, frente ao quadro de marginalidade em que se encontravam negros, índios e mestiços.

Para o tratamento destas perspectivas, dei o encaminhamento a pesquisas na documentação disponível, tendo por base as fontes primárias e secundárias, desenvolvendo leituras e fichamentos da bibliografia específica a respeito do tema.

O trabalho está dividido em três capítulos, estando o segundo e o terceiro, subdividido em seções. O primeiro aborda os antecedentes do período holandês no Nordeste brasileiro. Dando prosseguimento ao referido estudo, divido em seções, o enfoque dado pela historiografia oficial-militar: invasão a Bahia, Pernambuco, governo de Maurício de Nassau, Insurreição pernambucana, as técnicas brasílicas de lutar, os heróis e o legado deixado. No terceiro capítulo, faço uma crítica, abordando aspectos esquecidos ou deixados de fora, por esta historiografia.

Desta forma, espero com o presente trabalho trazer para dentro da Instituição de que faço parte novas perspectivas sobre o tema apresentado.

2. GUERRA HOLANDESA – HISTORIOGRAFIA OFICIAL-MILITAR

2.1. Antecedentes históricos - contextualização

As invasões holandesas ao Brasil se deram durante o período em que Portugal e o Brasil estavam sob o domínio espanhol

A Holanda, que também estivera sob o domínio da Espanha, declarou a sua independência em 1579. A Espanha não reconheceu a independência holandesa e a guerra entre as duas nações prosseguiu até 1648.

No ano seguinte à declaração de independência da Holanda, Filipe II, rei da Espanha, assumiu o trono português. Naturalmente, Portugal com todas as suas colônias, passou para o domínio espanhol (1580-1640).

Devido aos conflitos político-militares com a Holanda, o governo espanhol impôs o rompimento do acordo entre Portugal e Holanda que possibilitava a esta o acesso ao açúcar brasileiro, produzido no litoral nordestino. A Holanda perdia um excelente negócio: revender o açúcar brasileiro na Europa.

Como primeira reação ao embargo, os holandeses criaram, em 1602, a Companhia das Índias Orientais, para a exploração mercantil na África e Ásia.

Animada com o sucesso da Companhia das Índias Orientais, a Holanda organizou, em 1621, um outra – a das Índias Ocidentais – sua maior companhia de comércio, para a exploração mercantil das colônias espanholas da América, principalmente o Brasil. Desta forma a Holanda assegurou o comércio exclusivo na América e outras áreas, por vinte e quatro anos.

Entre 1630 e 1654, quase todo o Nordeste esteve sob o domínio da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, apesar da resistência constante de pequena parcela da população. Vale ressaltar que o fim do domínio espanhol, em 1640, não significou uma mudança neste quadro, face a assinatura de um tratado de paz entre Holanda e o novo governo português, no qual ficou estabelecido um trégua de dez anos, continuando os

revoltosos da colônia, pelo menos oficialmente, sem os recursos necessários para consolidar a expulsão do invasor holandês.

Os anos do governo do Conde Mauritius Nassau-Siegen (1637-44), graças à sua intervenção direta, foram particularmente ricos para a arte e a cultura no Brasil. Trouxe sábios, artistas, administradores; buscou apoio dos moradores e indígenas; impôs a liberdade de culto, antes violada. Recife tornou-se centro cosmopolita de brasileiros, portugueses, holandeses, judeus, franceses, alemães, ingleses. Nassau retomou a produção de açúcar, custeou arrojado plano de saneamento básico, promovendo notável obra de urbanização no Recife. Entretanto, acusado de esbanjador, desentendeu-se com a Companhia e voltou à Holanda. Sem ele, a Nova Holanda decaiu: escassez, corrupção, juros altos, cobrança rigorosa dos empréstimos aos senhores de engenho, queda do preço do açúcar.

Tal situação, desencadeou a Insurreição Pernambucana (1645), catalisando o sentimento anti-holandês, em especial de senhores de engenho forçados a pagarem suas dívidas, culminando com as Batalhas de Guararapes, em 1648 e 1649, e a definitiva expulsão dos holandeses da região Nordeste em 1654, através de uma rendição negociada.

2.2. A invasão da Bahia – 1º Período

Salvador, sede do Governo-Geral desde 1549, foi o primeiro alvo dos holandeses, decididos a empreender a conquista do Brasil, senão de todo, ao menos de grande parte dele. A escolha da Bahia para a conquista prendeu-se não apenas à riqueza da capitania – mais lucrativa, depois de Pernambuco – mas também à sua privilegiada posição geográfica, contando com ótimo porto e servindo de base para futuras expansões a outras regiões do Brasil.¹

A partir deste contexto a historiografia oficial-militar, com o intuito de apresentar fatos passados para as gerações futuras, enfatiza atributos e qualidades, comuns a Instituição, dentro de um enfoque nacionalista, valorizando heróis e feitos heróicos, deixando de lado aspectos relevantes para melhor compreensão do momento histórico vivido.

No início de 1624, o Governador-Geral, Diogo de Mendonça foi avisado que, da Holanda, partira uma poderosa esquadra para invadir a Bahia. Sem enviar recursos e socorros,

¹ CALMON, Pedro. História do Brasil. As origens do século XVII – formação brasileira, p. 532.

a Espanha apenas recomendou vigilância e atenção para as obras de fortificações. Diogo de Mendonça Furtado tratou de mobilizar o povo – a gente boa, homens de haveres, os escravos e índios - e de melhorar, guarnecer e artilhar os sete fortes, existentes na baía de Todos os Santos.

Na iminência do perigo, o povo atendeu ao “*sagrado chamamento das armas, em defesa do ideal luso-espanhol de dilatação do Império e da Fé Católica (...) Catalisados por este ideal, todos aglutinaram-se para proteger a terra*”,² ou seja, defender a colônia, em nome do Rei Espanhol. Segundo SANTOS,³ o povo em armas era constituído de portugueses, espanhóis e brasileiros, estes, por sua vez, formados de brancos, negros e mestiços de todos os matizes, já impregnados daquele ideal político-religioso.

Neste momento, a pessoa do bispo D. Marcos Teixeira, relegando as divergências com o Governador-Geral, defende o amor à terra, tornando-se destacado auxiliar nos preparativos para a defesa de Salvador. Com D. Marcos à frente, os luso-brasileiros improvisaram meios para enfrentar a potente e bem treinada força militar holandesa, através do aproveitamento do terreno e do emprego de táticas de guerras nativas brasileiras.

Foram formadas Companhias de Emboscadas – grupos de guerrilheiros compostas de núcleos de 25 a 30 homens, que se dedicavam a atacar de surpresa o inimigo. Isto o forçaria a permanecer em solo, e o impedia que concretizasse seus planos de expansão. Surgia, neste instante, no Brasil, um novo tipo de guerra, “a guerra brasileira”,⁴ que tanta surpresa e admiração iria causar entre os europeus.

Em pouco tempo, as emboscadas cercaram por completo Salvador, levando a morte e a destruição a todo o inimigo que deixasse as muralhas da cidade, na tentativa de buscar suprimentos para a manutenção da conquista. Ao se convencerem da impossibilidade de expansão para o oeste, os batavos buscaram proteção no interior das muralhas, já cercadas por terra.

O êxito das emboscadas e o pavor de que foi tomado o invasor fizeram aumentar a confiança, a audácia e a determinação dos defensores – “*Todos os chefes se uniram e passaram a acreditar que era chegado o momento da rejeição do intruso mercantilista, lutando pela terra e seus autênticos valores*”.⁵

² SANTOS, Francisco Ruas. A invasão da Bahia. História do Exército Brasileiro. Perfil militar de um povo. p. 120.

³ Ibid., p. 120.

⁴ Ibid., p. 125.

⁵ Ibid., p. 128.

A saga, os sacrifícios e o heroísmo dos luso-brasileiros é evidenciada, no testemunho do Pe. Antônio Vieira, então vivendo na Bahia:

"Passaram noites e dias sem dormir e descansar, viviam e dormiam sem um teto, alimentavam-se precariamente de farinha, padeceram por vezes seguidas, frios, fomes e sedes, além de estarem faltos de munição que foi conseguida com o próprio inimigo, através das emboscadas" (grifos meus).⁶

Dentro deste raciocínio, a única coisa abundante entre os luso-brasileiros era o ânimo para a luta e o desejo de libertar a Bahia.

Quanto à força de reação, destacaram-se os índios flecheiros das aldeias baianas, valiosos instrumentos ofensivos, nos períodos agudos e carentes de munição. No contra-passo, a Companhia das Índias Ocidentais errara em sua apreciação, pois não percebera *"a alma do povo, preocupada que estava com os lucros fáceis e altos dividendos (...) um confronto de uma alma X um negócio"*.⁷

Contudo o que realmente definiu o fracasso da primeira investida flamenga no Brasil foi a reação luso-espanhola. Sabedor da invasão, o governo metropolitano preparou uma das mais fortes armadas que até então haviam singrado o Atlântico, expedição que ficou sendo conhecida pelo nome de "Jornada dos Vassalos". Compunham-na 52 navios e mais 12 mil homens, entre estes muitos nobres – *"tantos eram os nobres presentes na expedição, que se dizia não haver exemplo, desde muito, de tão brilhante e poderosa armada ibérica"*⁸ comandados por D. Fradique de Toledo Osório. No dia 29 de março de 1625, essa poderosa esquadra luso-espanhola chegou à Bahia, onde, após sangrentos combates, rendeu a tropa flamenga.

SANTOS⁹ faz alusão, dentro de um enfoque nacionalista e de amor extremo à Pátria, aos inúmeros exemplos de dedicação e espírito de sacrifício dos portugueses para restaurar a Bahia:

" (...) estava em causa a honra lusitana (...) Mais significativo ainda foi o reforço da Bahia, por um contingente de brancos e índios, trazidos do Rio de Janeiro e de Pernambuco, refletindo a contínua tradição de solidariedade e apoio mútuo das diferentes partes do Brasil nascente em prol da integridade territorial e cultural do país".

Para SANTOS,¹⁰ a recuperação da Bahia, encerrou um dos mais belos capítulos da história militar do povo brasileiro, escrita com sacrifícios de toda ordem, heroísmos e provas

⁶ Ibid., p. 128.

⁷ Ibid., p. 130.

⁸ Ibid., p. 133.

⁹ Ibid., p. 136.

¹⁰ Ibid., p. 137.

inexcedíveis de amor à terra por parte dos bravos baianos, sobre os quais recaiu o peso da luta, durante dez longos e sofridos meses, até a chegada dos reforços da Metrópole.

2.3. A invasão de Pernambuco – 2º Período

Seguindo o mesmo enfoque, ao tratar da invasão de Pernambuco, a historiografia oficial-militar enfatiza, mais uma vez, os valores mantenedores de uma unidade nacional, esquecendo-se que o elemento português também era um invasor, com ideais comuns aos do holandeses.

Após a expulsão em 1625 da Bahia, os holandeses retornariam mais fortes, mais decididos e com intenção de se fixarem na terra conquistada. A mais opulenta das quatorze capitanias hereditárias, fruto da capacidade gerencial do primeiro donatário, Duarte Coelho, Pernambuco transformara-se em polo de atração de investimentos, canalizados, particularmente, na exploração da cana-de-açúcar.¹¹ Desta forma, baseados em Recife, os batavos acreditavam dominar e manter o Brasil com poucos gastos, arruinar a navegação luso-espanhola na costa e se apossarem, através de ações de corso, de fabulosas riquezas transportadas da América do Sul para a Europa.

Sendo assim, em 15 de fevereiro de 1630, os holandeses, dispendo de poderosa esquadra, desembarcaram no Recife. Matias de Albuquerque, Governador de Pernambuco, preparou suas forças para resistir aos invasores, utilizando somente os recursos materiais e humanos disponíveis em Pernambuco, 27 soldados e pouca munição enviados de Madri, e um grande número de guerreiros, chefiados pelo índio Antônio Felipe Camarão, que apresentou-se voluntariamente.¹² No mesmo dia, a esquadra invasora bombardeou violentamente as fortificações da barra, tendo *“os canhões dos fortes do Mar e São Jorge respondido com bravura e determinação, impedindo a aproximação de barcos inimigos e rechaçando tentativas de desembarque levados a efeito por barcaças”*.¹³

Contudo, após violentos combates, Olinda foi abandonada, tendo Matias de Albuquerque, se retirado com *“um punhado de bravos, animados todos de inabalável vontade de defender aquela terra, com o sacrificio da própria vida”*.¹⁴

¹¹ Centro de Comunicação Social do Exército. Sedutoras e vulneráveis. Revista Verde-Oliva. n. 159, jan-fev/98. p. 3.

¹² SANTOS, Francisco Ruas. Op. cit. p. 137

¹³ JABORANDY, José Luiz. Os holandeses em Pernambuco (1630-1654). Revista do Exército Brasileiro. p. 8.

¹⁴ Ibid., p. 11

Esta foi mais uma tentativa de dificultar, através reforços, trincheiras e redutos, a invasão das tropas holandesas. No entanto, vendo que era impossível resistir por muito tempo, mandou incendiar todos os armazéns e navios repletos de cargas e mercadorias.

O forte de São Jorge foi esmagado a 1º de março. Sobre este episódio SANTOS ¹⁵ ressalta uma citação do coronel batavo Waerdenburg: “os soldados desta terra são vivos e impetuosos e não são de nenhum modo cordeiros (...) nem fáceis de serem atraídos a aliança”.

Após essas derrotas, Matias de Albuquerque proclamou para toda a capitania a disposição de lutar até à morte.¹⁶ Reuniu-se com todos os bravos, solidários com a sua atitude, indo para o interior, e estabelecendo em curto espaço de tempo o Arraial do Bom Jesus. Desta base, durante cinco anos, resistiu às arremetidas e à ânsia de conquista do adversário, bem como manteve o invasor sitiado em Recife, através das companhias de emboscadas, impedindo a conquista imediata de Pernambuco.

Não podendo reduzir o Arraial de Bom Jesus, os flamengos passam a ampliar no litoral a zona de ocupação, principalmente depois da entrada em cena do pernambucano Domingos Fernandes Calabar, considerado pela historiografia oficial-militar um desertor, um delator, um traidor.¹⁷ Conduzidos por ele e com a celebração de uma aliança com os Tapuias, os holandeses atacaram, com inteiro êxito, a Ilha de Itamaracá, Paraíba, Alagoas e o Rio Grande do Norte, bem como consolidaram o domínio sobre toda a região de Pernambuco.

Sobre a personalidade de Calabar, a historiografia oficial-militar tem sua própria definição:

“(...) hábil e astuto nas emboscadas, passou a guiar o inimigo desvendando-lhe os segredos da terra, que lhe servira de berço (...) ensinou-lhe a guerra brasileira” (...) a semelhança de Judas, na História da Cristandade, o nome Calabar passou, para a do Brasil, como símbolo do traidor”¹⁸; “o mulato Calabar conhecia palmo a palmo a região e, graças às suas indicações, o panorama da guerra modificou-se (...)”¹⁹; “o fiel da balança pendia para o adversário, que recebia reforços e mais reforços da Holanda, além da providencial ajuda de Calabar e dos índios seus amigos” (grifos meus).²⁰

¹⁵ Ibid., p. 12.

¹⁶ Ibid., p. 12.

¹⁷ SANTOS, Francisco Ruas. Op. cit. p. 139.

¹⁸ BITTENCOURT, Armando de Senna. A ocupação do Nordeste Brasileiro. Guararapes 350 anos. Revista do Exército. p.27.

¹⁹ SANTOS, Francisco Ruas. Op. cit. p. 139.

²⁰ Centro de Comunicação Social do Exército. Op. cit. p. 2.

Estas citações embaçam o fato de que o invasor holandês teve apoio da gente da terra, e que o ato de trair foi idealizado por alguns mestiços inferiores, que preferiram o lado holandês.

Dentro deste quadro, a 8 de junho de 1635, o Arraial capitulou. Mais uma vez a historiografia oficial-militar aproveita-se do episódio histórico, apresentando-o de forma heróica, enaltecendo valores, numa tentativa de fazer um elo com os ideais da força hoje:

“após ter escrito página imortal, com muito sangue, vidas, fome, renúncia, heroísmo e sacrifícios de toda ordem, o Arraial foi derrotado (...) nele, a alma vigorosa do povo de Pernambuco, catalisada pelo ideal de defesa da terra e da fé católica, reunira-se para um longo sofrido, imortal e épico protesto contra a invasão da terra brasileira (...) os bravos que ali se bateram deram expressiva contribuição, no passado distante, para a conquista dos elevados objetivos de Soberania, Integridade, Integração e Preservação dos valores morais e espirituais pelos quais todos lutamos hoje.” (grifos meus)²¹

Com a queda do Arraial estava estabilizado o domínio holandês no Nordeste do Brasil, que atingiu seu apogeu no Governo de Maurício de Nassau.

2.4. Governo de Maurício de Nassau – 3º Período

Vale aqui ressaltar que a grande maioria dos livros que tratam do período de Nassau em Pernambuco destacam apenas suas obras, as missões artísticas trazidas por ele, ou seja, seu veio político e de administrador. O chefe militar é deixado de lado, fato bastante enfocado e destacado na historiografia oficial-militar.

A 23 de janeiro de 1637, desembarcou em Recife, na condição de Governador, Capitão e Almirante-General, o Conde João Maurício de Nassau. A Holanda o enviara a fim de consolidar e expandir a conquista, pois era um administrador de larga visão e excepcional soldado. Sob sua direção abriu-se o terceiro capítulo deste conflito, encerrado com o seu retorno para a Europa, após ver fracassado, por motivos alheios à sua vontade, o plano de recuperação econômica de Pernambuco, através do qual pretendeu consolidar e expandir a conquista, atraindo os luso-brasileiros para um dos valores de sua cultura: “a dignificação do lucro”.²²

²¹ SANTOS, Francisco Ruas. Op. cit. p.141.

²² PEDROSA, José Fernando de Maya. Nassau – administrador e soldado. História do Exército Brasileiro. EME.p.151.

Com exceção da força de resistência, a população em geral acolheu muito bem o novo governante, na esperança de que sua chegada representasse momentos de trégua e paz.

A construção de “Mauricéia”, a que se agregaram belas obras de arte, consolidou o prestígio do jovem chefe militar, mesmo perante os pernambucanos. A veia de chefe militar,²³ instigada pela cobiça da Companhia das Índias Ocidentais, surgiu, por trás do empreendedor. Lançou duas colunas em direção a Porto Calvo, visando devolver a segurança, e o soerguimento da lavoura canavieira. Em 3 de março de 1637, consolidou a destruição do último foco de resistência, apesar da *“resistência heróica dos sitiados (...) homens da estirpe de Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão, foram obrigados a recuar até à Bahia, onde contribuem decisivamente para repelir as forças de Nassau”*.²⁴

Nassau progrediu para o sul, levantando na margem do São Francisco, dois fortes, consolidando a conquista de Pernambuco iniciada seis anos antes. Retornando a Recife, pôs em execução medidas administrativas, econômicas, sociais e políticas. Tais medidas tinham por objetivo principal conquistar a confiança, a simpatia e cooperação dos moradores. As perspectivas de rápida recuperação econômica da capitania, combinadas com a tolerância religiosa, e o clima de respeito aos moradores, fizeram arrefecer o sentimento de revolta dos luso-brasileiros para com o invasor.

Este aparente esfriamento do conflito foi devido, principalmente, as questões econômicas. No primeiro momento, a resistência brasileira aos invasores foi financiada, armada e liderada pelos senhores de engenho que temiam que lhes tomassem as propriedades. Com o transcorrer dos combates, passou a não interessar a estes senhores nem aos holandeses; aos senhores de engenho não interessava devido aos desgastes financeiros e ao fato de muito deles terem prejudicadas suas plantações e engenhos em razão das lutas; aos holandeses não interessava porque, além de gastos com a invasão e a luta, tinham prejuízos com a queda da produção açucareira.²⁵

Em 1638, quando de nova investida holandesa à sede do Governo-Geral, ocorreu um dos mais importantes momentos da “História militar brasileira – Batalha do Salvador”.²⁶

²³ CCOMSEX. Um cidade para holandês ver. Revista Verde-Oliva. p. 10.

²⁴ Ibid. p. 12.

²⁵ PEDROSA, José Fernando de Maya. Op. cit. p.153.

²⁶ Ibid., 154.

A historiografia oficial-militar, mais uma vez, se presta à difusão de certos conceitos e valores ao tratar essa passagem, como um autêntico hino de bravura, marcado por atos de abnegação e sofrimento:

"(...) estes bravos, liderados por filhos da terra brasileira, salvaram de destruição a força expedicionária, chegaram em tempo à Bahia (...) e deram às gerações brasileiras do porvir exemplo imortal de responsabilidade na defesa da terra (...) deste conflito participaram tropas de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outras capitanias do sul, que já ofereciam, assim, no passado distante, magnífico exemplo de solidariedade e integração constante na história do povo brasileiro. " (grifos meus) ²⁷

Com a restauração do trono português, Holanda e Portugal, ambos em guerra com a Espanha, celebraram um Tratado de Aliança e um amistício de dez anos, pelos quais ficava assegurada aos invasores a posse dos territórios conquistados. A força de resistência passou à ilegalidade: *"estranho destino reservado a homens que apenas lutavam para reaver os elementares direitos de posse e liberdade."* ²⁸

Enquanto a ratificação deste acordo era discutido na Europa, a Holanda ordenou a seu comandante que tirasse proveito da guerra entre Espanha e Portugal para alargar os limites da conquista e expandi-la.

Para PEDROSA,²⁹ este quadro fez com que o movimento rebelde ficasse mais consistente, ganhando sentido, brasilidade e identidade nacional:

"(...) até este momento, os filhos da terra tinham lutado dentro do contexto político do grande e poderoso império, formado por Portugal e Espanha (...) Doravante, orgulhosos com a contribuição que deram para a defesa da terra, lutariam até o fim dentro de uma concepção política predominantemente brasileira, contrariando, frontalmente, a orientação política e estratégica de Portugal"

Em maio de 1644, Nassau voltou à Holanda, com a certeza que era inevitável a revolução. Divergências com a cúpula da Companhia das Índias Ocidentais, causadas pela falta de apoio à sua administração, bem como o fracasso de seu plano econômico de recuperação da lavoura canavieira de Pernambuco influenciaram para seu retorno.

²⁷ JABORANDY, José Luiz. O Governo de Nassau (1637-1644). Revista do Exército Brasileiro. p. 9.

²⁸ PEDROSA, José Fernando de Maya. Op. cit. p. 155.

²⁹ Ibid., p. 156.

2.5. Insurreição Pernambucana (1645-1654) – 4º Período

A construção do conceito de pátria, nação e de formação do Exército Brasileiro ganha mais enfoque na narrativa didática referente à historiografia oficial-militar sobre o século XVII, no tocante a expulsão dos holandeses. É significativa a quantidade de obras e artigos que abordam estes temas, buscando sempre difundir feitos heróicos, vitórias e valores, personagens e agentes, tendo a Insurreição Pernambucana se prestado perfeitamente para esses objetivos.

"A história de nenhum povo registra em suas páginas feitos guerreiros tão notáveis como os desenrolados no Nordeste, visando a expulsão dos holandeses do Brasil (...) A coragem de um povo é o fundamento da grandeza do estado. Eis porque nada poderá o maior número diante da resoluta decisão de tudo sacrificar em defesa do solo sagrado que nos viu nascer. Dai o segredo de inconcebíveis vitórias que a História Universal registra." (grifos meus)³⁰

Portanto a restauração do Nordeste do Brasil, no século XVII, teria sua justificativa centrada na maneira maquiavélica com que procedeu Maurício de Nassau, nas negociações de paz firmadas entre Portugal e Holanda, e, abusando da boa fé dos lusos brasileiros, tomou posse do território de Sergipe até o Rio Grande do Norte, tentando conquistar o Maranhão.³¹

Contudo, as crescentes dívidas que os grandes latifundiários nordestinos haviam contraído com a Companhia e com os comerciantes independentes, a juros altíssimos, face a necessidade de reconstrução de seus engenhos, e execução destas pela Cia sem clemência e o posterior confisco das propriedades, escravos, gado entre outros, daqueles que não saldassem suas dívidas, aspecto pouco trabalhado pela historiografia oficial-militar, fizeram crescer o ódio dos senhores de engenho aos invasores holandeses, que se viam, dia a dia, mais isolados.

Dentro deste quadro, a idéia da expulsão dos holandeses ganhou novo impulso e o movimento dos insurretos aumentou sensivelmente, invocando-se a necessidade da reação armada através da união das três raças, na defesa do território.

A insurreição, propriamente dita, estalou em 13 de junho de 1645. Grupos de combates entraram em ação. Eram geralmente compostos por agregados e não proprietários, comandados por Fernandes Vieira (um dos mais ricos latifundiários da região) e

³⁰ LIMA, Felício. As raízes do Exército Brasileiro estão fincadas nos Montes Guararapes. p. 7.

³¹ LIMA, Felício. Expulsão dos Holandeses do Brasil. Revista do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, 1998. p.42.

André Vidal de Negreiros, auxiliados pelo negro Henrique Dias e o índio Felipe Camarão - *"em nome da liberdade divina e para vingar agravos e tiranias, outorgaram os postos de capitães dos diferentes distritos, com poderes de requisitarem da população dinheiro e aprovisionamento necessários à organização de bandos que comungavam a cruzada cívica."* ³²

Expressões como "Pátria", "os patriotas" são utilizadas, englobando portugueses, espanhóis e brasileiros que lutavam contra o domínio holandês: *"(...) os patriotas do Brasil decidiram-se, em 23 de maio de 1645, pelo levante restaurador e, através do compromisso de honra firmado por Fernandes Vieira e por mais 18 companheiros influentes, surge pela primeira vez a idéia do sentimento de pátria e de nacionalidade."* ³³

O próprio compromisso firmado é carregado de um sentido de nacionalidade e de patriotismo: *"Nós, abaixo assinados, nos conjuramos e prometemos em serviço da liberdade, não faltar em nenhum tempo, com toda a ajuda de fazendas e pessoas contra qualquer inimigo na restauração de nossa Pátria."* ³⁴

Evidenciaram assim a disposição de restaurarem a Pátria, mesmo sem a ajuda de Portugal.

A batalha do Monte das Tabocas e outras que se lhe seguiram são abordadas pela historiografia oficial-militar, contrastando as qualificações das tropas amigas e inimigas:

"(...) É que a batalha de Monte das Tabocas, foi o principal passo para a expulsão dos holandeses do Brasil, estimulando a tradicional luta e como que preparando as subseqüentes batalhas dos Guararapes, que puseram termo ao período de três decênios de domínio holandês no Nordeste (...) Ali se gravara, incontestavelmente, a marca indelével das aspirações nacionais, como o nascimento do instinto de brasilidade, em face da sublime atuação dos beneméritos Dias Cardoso, Vidal de Negreiros, Felipe Camarão, Henrique Dias (...) que foram depois guiados pelo patriotismo e competência do notável General Francisco Barreto de Menezes." (grifos meus)³⁵

"Os veteranos luso-brasileiros lutavam melhor do que os soldados trazidos com reforço naval, pela Companhia das Índias Ocidentais; esta por sua vez, em má condição financeira, não conseguia pagar em dia o soldo das tropas (...) e a guerra de guerrilha, com emboscadas e ações corpo-a-corpo, imposta pelos luso-brasileiros, causava um efeito desmoralizante sobre os holandeses e seus mercenários." (grifos meus)³⁶

³² Ibid., p. 42.

³³ Ibid., p. 44.

³⁴ Ibid., p. 46.

³⁵ Ibid., p. 49.

³⁶ BITTENCOURT, Armando de Senna. A Insurreição Pernambucana. Revista do Exército Brasileiro. p.28.

Por outro lado, após os primeiros combates, e principalmente após a vitória dos insurretos na batalha de “Monte das Tabocas” – significativo acontecimento histórico - o Rei da Holanda exigiu do Rei de Portugal o cumprimento da trégua assinada e este ordenou a suspensão da luta iniciada pelos “patriotas do Brasil”. Esses, por sua vez, respondem que iriam combater até o fim e somente após expulso o invasor estrangeiro, iriam a Portugal receber o castigo pela desobediência;³⁷ ou seja, depois de devolver a colônia ao invasor português, a quem deviam obediência.

No tocante às batalhas dos Guararapes, a historiografia oficial-militar prima pela descrição minuciosa dos lugares, da gente e dos aspectos militares, enfatizando-se sempre a imagem da colaboração entre as raças, favorecendo aos insurretos, apresentados como verdadeiros representantes do povo brasileiro.

As participações e feitos heróicos do General Barreto de Menezes, do índio Felipe Camarão, do negro Henrique Dias, Fernandes Vieira e de Vidal de Negreiros são destacados.

Tentando justificar a epopéia militar destas guerras, esta mesma historiografia procura inserir as batalhas de Guararapes num contexto internacional de uma verdadeira guerra mundial – “ (...) Portugal unido à Espanha neste período foi então duramente atingido pelos ataques holandeses que buscavam o comércio das especiarias asiáticas, o tráfico escravista da África ocidental e o açúcar brasileiro.”³⁸ Nelas combateram não só holandeses e portugueses, mas também negros, índios, espanhóis, italianos, alemães, ingleses e franceses, demonstrando o interesse internacional do conflito. A presença de tais nações, os interesses envolvidos e a característica de uma luta de libertação de um jugo estrangeiro, favoreceram o desenvolvimento de uma extensa bibliografia sobre este período.³⁹

Aproveitando-se desta bibliografia, o Exército de hoje, procura enaltecer valores, feitos, heróis, alinhando o surgimento da Instituição com a gene da nacionalidade - povo, independente de outros fatos relevantes, constantes do processo.

Alguns documentos bem exemplificam este pensamento presente na força militar, nos dias atuais, dentro de uma interpretação do passado própria, à luz dos valores tão significativos para o Exército:

³⁷ LIMA, Felício. As raízes do Exército Brasileiro estão fincadas em Guararapes. p. 7.

³⁸ SOUZA, Wagner Alcides de. Bibliografia de Guararapes. Revista do Exército Brasileiro. p. 83.

³⁹ LIMA, Felício. Op. cit. p. 8.

"Nos montes Guararapes e no forte das Cinco Pontas estão fincadas as raízes do Exército Brasileiro. De armas nas mãos, ao arrepio dos interesses lusitanos, erguera-se irreversivelmente o sentimento nativista nos corações e mentes da gente nascida no lado de cá do Atlântico, em busca da identidade geratriz da nacionalidade brasileira. Pela primeira vez, os mestiços sulamericanos conscientizaram-se de que seus objetivos nacionais eram diferentes daqueles da Metrópole colonizadora de além-mar, e que existia um sentimento maior a gerir seus destinos como povo: o patriotismo." (grifos meus) ⁴⁰

"Estamos comemorando os 350 anos da primeira Batalha de Guararapes. Fato de alta relevância para a nossa nacionalidade, pois na ocasião lutaram ombro a ombro em defesa da pátria e dos seus valores culturais, índios, brancos e negros com um único intuito de expulsar de nosso território o invasor estrangeiro. Hoje, o 19 de abril representa muito mais que um simples fato histórico. Ele simboliza uma instituição que congrega os brasileiros, independentemente do seu grupo étnico, com o intuito de defender a integridade e a segurança da Nação (...) Hoje, eles se cristalizam no lema: braço forte, mão amiga." (grifos meus) ⁴¹

Estes valores são tão marcantes e presentes dentro da Instituição - Exército, que um Decreto do Presidente da República consagrou o dia 19 de abril, que marcou a consolidação da vitória nos montes Guararapes, como Dia do Exército Brasileiro.

"DECRETO DE 24 DE MARÇO DE 1994 – INSTITUI O DIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO – O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e V, da Constituição, e considerando: - que as datas de 19 de abril de 1648 e de 19 de abril de 1971 registram a 1ª Batalha de Guararapes e a criação do Parque Nacional dos Guararapes, respectivamente, e – que o Exército Brasileiro possui suas raízes fincadas na região dos Guararapes, fato consagrado pela historiografia militar do Brasil, DECRETA: Art. 1º Fica instituído o dia 19 de abril como o Dia do Exército Brasileiro." (grifos meus) ⁴²

A decisão presidencial que se fez pública no Diário Oficial da União nº 58, de 25 de março de 1994, instituindo o dia 19 de abril como o "Dia do Exército Brasileiro", teve origem na iniciativa do então Ministro do Exército, Zenildo de Lucena, que, em sua exposição de motivos enviada ao Presidente da República, afirmou:

⁴⁰ SOUZA, Wagner Alcides de. Op. cit. p. 84.

⁴¹ LIMA, Felício. Op. cit. p. 8

⁴² DOU nº 58, 15 Mar 94. Decreto de 24 de março de 1994.

“Tendo em vista que a gênese da nacionalidade brasileira brotava em Guararapes, quando em 1645, as três raças formadoras de nossa gente firmaram um pacto de honra, assinando célebre proclamação, em que aparece, pela primeira vez, o vocábulo PÁTRIA, razão pela qual foi constituída, militarmente, uma tropa que passou a ser chamada de Exército Libertador ou Patriota, e que tal fato consagrou-se com a 1ª Batalha de Guararapes, travada em 19 de abril de 1648, constituindo importante fator para a formação do Exército Brasileiro (...) é de todo interesse para a Instituição que o dia 19 de abril seja transformado em data máxima para o Exército Brasileiro, em virtude dos feitos realizados em Guararapes, culminando com o nascimento do nosso glorioso Exército.” (grifos meus) ⁴³

Anualmente, através de “Ordens do Dia”, “Noticiários do Exército”, revistas e encartes, esta visão de Guararapes como berço de nossa nacionalidade e do Exército é renovada em todas as Organizações Militares do país, resgatando valores e feitos heróicos, numa tentativa explícita de manter vivo dentro da Instituição este enfoque, em que as qualidades morais do homem de valor compensam suas fraquezas técnicas e de material, o amor à terra suplanta a superioridade do inimigo no campo de batalha, e a união das raças – democracia racial - foi fator decisivo para a vitória brasileira sobre o inimigo invasor.

Exalta-se o primitivo vencendo o moderno:

“ (...) Naqueles distantes dias do século XVII, um punhado de homens da Terra decidiu romper com a exploração. Apesar de equipados de forma primitiva, com arcos, flechas, tacapes, velhas espadas e bacamartes, carregavam no peito a mais eficaz de todas as armas: o sentimento pátrio ferido. No dia 19 de abril de 1648, nos Montes Guararapes, a bravura e os ardis dos patriotas sobrepujaram as pesadas couraças e armas modernas do invasor incauto atraído para armadilhas fatais(...)” (grifos meus) ⁴⁴

Afirma-se que, esquecendo diferenças, as raças se uniram, por um objetivo maior: “restabelecer a Pátria”

“Índios, brancos, negros e mestiços se uniram pela primeira vez para um empreendimento genuinamente nacional. Pela primeira vez a palavra Pátria era aplicada para referir-se ao Brasil. Usando táticas e técnicas de guerrilha, um povo oprimido lograva impor sua vontade ao dominador. A partir dali, a maré montante dos sucessos das armas brasileiras levou o invasor a homiziar-se no Recife, de onde seria expulso em 1654(...)Ela registra admiravelmente a nossa fraternidade racial e cultural nas figuras heróicas dos comandantes que atuaram na Batalha: os brancos João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, o negro Henrique Dias e o índio Felipe Camarão. A união das raças provou ser uma das grandes virtudes da nossa gente” (grifos meus) ⁴⁵

⁴³ JABORANDY, José Luiz. 19 de abril – Dia do Exército Brasileiro. Revista do Exército Brasileiro. p. 5.

⁴⁴ LUCENA., Zenildo Zoroastro. Ordem do Dia: Dia do Exército Brasileiro.

⁴⁵ Ibid.

Transportar-se para hoje o exemplo dos antepassados, enfatizando-se a importância de manter a soberania nacional, aspecto fundamental da doutrina ensinada aos membros da instituição

“ Hoje, quando assistimos ao ressurgir de uma consciência de brasilidade e de cidadania, é preciso que reflitamos sobre o significado da mensagem de Guararapes.. O brasileiro, esse ser miscigenado, evidenciou em Guararapes qualidades fundamentais que nos acompanham até os dias de hoje, tais como a criatividade, a tolerância e um admirável espírito de solidariedade. Nos difíceis dias da Insurreição Pernambucana, os nossos antepassados lançaram mão dos recursos disponíveis e alcançaram a vitória. Demonstraram assim, nossa capacidade de defender a soberania do território nacional, de lutar por nossos objetivos, executar e improvisar com sabedoria.” (grifos meus) ⁴⁶

Este enfoque também é utilizado dentro do Exército Brasileiro nos regulamentos disciplinares, com forma de assegurar a disciplina, a obediência pronta às ordens, bem como a hierarquia militar, fundamentais para a perpetuação da Instituição.

“Art 1 – O Regulamento Disciplinar do Exército tem por finalidade especificar as transgressões disciplinares e estabelecer normas relativas a punições disciplinares, comportamento militar das praças, recursos e recompensas (...) A civilidade, sendo parte da Educação Militar, é de interesse vital para a disciplina consciente. Importa ao superior tratar os subordinados em geral, e os recrutas em particular, com interesse e bondade(...) o subordinado é obrigado a todas as provas de respeito e deferência para com os seus superiores hierárquicos (...)” (grifos meus) ⁴⁷

Sem esquecer, a necessidade imperante na força militar de estar sempre comemorando, através de festas militares, as datas importantes, que marcaram algum feito ligado ao Exército, como forma manter viva a chama de patriotismo.

“As festas militares são as comemorações de feitos e fatos nacionais ou relativos à vida do Exército e das OM, destinadas à exaltação do patriotismo, ao estímulo e desenvolvimento do sentimento cívico e ao revigoreamento, num ambiente de sã camaradagem, do espírito de corpo e do amor ao Exército (...)” (grifos meus) ⁴⁸

Finda as batalhas de Guararapes, e em razão dos constantes fracassos dos holandeses nas operações militares, estes resolveram entrar em entendimento com Portugal no sentido de abrir 

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ Decreto nº 90.608, de 04 de dezembro de 1984. Regulamento Disciplinar do Exército. p. 1.

⁴⁸ Portaria Ministerial nº 300, de 30 de abril de 1984. Regulamento interno e dos serviços gerais. p. 119.

mão do domínio do Brasil. Este processo foi concluído em 27 de janeiro de 1654, com a assinatura da rendição. Entretanto, o reconhecimento oficial da perda da soberania holandesa no Brasil foi feita apenas em 1661, através da Paz de Haia

Apesar de participarem ativamente da expulsão do invasor, como é patente na historiografia oficial-militar, o negro Henrique Dias e o índio Felipe Camarão ficaram marginalizados, no momento em que o governo português premiou os “líderes e heróis” do movimento restaurador.⁴⁹ O General Francisco Barreto, Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros receberam a comenda da Ordem de Cristo. Além disso, Barreto e Vieira foram nomeados capitães-generais de Pernambuco e Paraíba, respectivamente, enquanto Vidal de Negreiros foi confirmado em igual posto no Maranhão. Depois, por Circular de 12 de agosto de 1656, Barreto passou a Governador-Geral da Bahia; Vidal recebeu o governo de Pernambuco, e Vieira, o da Angola.

2.6. Práticas militares no Brasil – técnica brasílica de luta

A historiografia oficial-militar ressalta vários aspectos no tocante aos primórdios da defesa, utilizando corpo de militares, no Brasil.

LEONZO⁵⁰ cita D. José de Mirales, que em sua obra “História Militar do Brasil”, 1900, atribui à chegada de Tomé de Sousa e sua comitiva o início das práticas militares do Brasil. Entretanto, para LEONZO,⁵¹ desde os primeiros tempos da colonização constituíram-se os “povoadores” – por que não dizer conquistadores? – na principal força defensiva da costa brasileira que, mesmo sem habilitada orientação bélica, atendia às necessidades imediatas decorrentes de ataques de corsários e do gentio (verdadeiros e legítimos donos da terra, em processo de extermínio).

D. Sebastião, monarca português, foi o responsável pela promulgação da Lei das Armas, de 9 de dezembro de 1569 e do Regimento de Ordenanças, de 10 de dezembro de 1570. A primeira prescreveu, sobre uma base censitária, os deveres militares de todos os vassallos; o segundo encarregou-se de dar uma forma, uma distribuição e uma hierarquia de comando ao conjunto de homens, na faixa etária dos dezoito aos sessenta anos, obrigados à prestação de eventuais serviços militares.

⁴⁹ LIMA, Felício. Expulsão dos Holandeses do Brasil. Revista do Exército Brasileiro. p. 10.

⁵⁰ LEONZO, Nanci. Companhias de Ordenanças e de Milícia ao tempo de Guararapes. p. 56.

⁵¹ Ibid. p. 57.

Não diferente, do que ocorre hoje, os primeiros dados estatísticos sobre a composição das companhias de ordenanças no Brasil datam de 1612, demonstrando bem que os membros das camadas sociais mais altas, na prática, não tinham nenhuma obrigatoriedade para prestação do serviço militar. Senão vejamos, cerca de oitocentos homens, moradores do recôncavo baiano, estavam repartidos em oito companhias, sendo que a maior parte delas era composta por escravos e índios domesticados.⁵²

A partir de 1632, ocorreu a organização de um corpo militar para dar combate ao inimigo holandês. Este corpo militar – forças luso-brasileiras – organizou-se de acordo com o modelo português.⁵³ A unidade de combate chamava-se terço, com um efetivo que variava de 300 a 1200 homens, tendo como comandante um mestre-de-campo. FROTA⁵⁴ afirma que, em Guararapes, os homens estavam divididos em quatro terços, alguns oficiais possuíam cavalo; entretanto o grosso da tropa era formado por infantes (soldados que, no confronto com o inimigo, atacam a pé). Os quatro terços se posicionaram sob um comando único – Francisco Barreto – que decidiu empregar todo efetivo disponível para travar com o inimigo uma batalha decisiva, aliada ao fator surpresa, estratégia que não constituía hábito na guerra européia naquele momento.

Contudo a estratégia que prevaleceu nos conflitos, que resultaram na expulsão definitiva do invasor holandês, foi a guerra subversiva, atribuindo a grupos insurretos as ações armadas e de destruição que deflagraram no Brasil holandês. CURADO⁵⁵ define guerra subversiva com sendo uma *“luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte de seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de fato estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controle desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua ação”*.

Aproveitando-se deste conceito, a historiografia oficial-militar busca características nos conflitos entre luso-brasileiros e holandeses, para enquadrá-los com sendo ações subversivas.

Em primeiro lugar a luta teria sido travada em territórios que se encontravam ocupados, por parte dos seus moradores luso-brasileiros, brancos, pretos e índios, ajudados e reforçados por Portugal, com a ajuda limitada de forças regulares, contra autoridades de fato holandesas,

⁵² LEONZO, Nanci. Op. cit. p.58

⁵³ FROTA, Guilherme de Andrea. Forças Terrestres Luso-Brasileiras. Revista do Exército Brasileiro. p.101.

⁵⁴ Ibid. p.102.

⁵⁵ CURADO, Silvino da Cruz. A estratégia e o poder militar dos luso-brasileiros na expulsão dos holandeses. p. 44.

com a finalidade de lhes retirar por completo o controle dos territórios. Ressalta, ainda, que desde a ocupação da Bahia, em 1624, tinham os luso-brasileiros desenvolvido a prática da guerrilha, através das companhias de emboscadas e de outras formas de combate e de destruição perfeitamente adaptadas às condições locais, que muito exasperaram os holandeses.

Segundo, dentro de uma lista de fatores favoráveis a uma subversão, a maioria foi observada no Brasil holandês, dentre os quais destaca: o precário sentimento de unidade nacional num território administrado por uma Companhia, comportando uma grande heterogeneidade étnica, lingüística e religiosa; a força militar holandesa passava por momentos de fraqueza e era constituída por mercenários; a comunidade luso-brasileira tinha uma consciência elevada de “patriotismo de raiz nativista” e uma forte ligação com a Coroa (dependência), novamente ocupada por um “rei natural”; constituía já uma sociedade enraizada e dispondo de uma cultura própria que se sentia oprimida e explorada por uma outra sociedade e cultura; o terreno oferecia condições adequadas à guerrilha que facilmente se movimentava no sertão, enquanto os holandeses nunca se ambientaram às condições locais.

Portanto, todos estes argumentos, para a historiografia oficial-militar, favoreceram o surgimento de uma técnica de luta peculiar brasileira – “a guerra brasílica” – .

“(…) A guerra brasílica foi, sem dúvida, o momento em que, pela primeira vez, atentou-se para a peculiaridade da nossa organização militar fundamentada, desde os primórdios da colonização (…). Dela os holandeses receberam um grande lição, qual seja, não estavam lutando contra um Exército e sim contra lideranças que, de algum modo, inspiravam, junto aos seus comandados brancos, negros e índios, sentimentos de respeito, confiança e entusiasmo (…)” (grifos meus) ⁵⁶

“(…) os nossos, por sua vez, guiaram-se, ao longo do período em que partilhamos, com os holandeses, a posse do Nordeste brasileiro, pelo entusiasmo, aquela força moral obtida através dos pequenos, mais sucessivos êxitos, decorrentes, predominantemente, das emboscadas, um modo esquisito de guerra” ⁵⁷

Os trechos acima demonstram o interesse em expandir e manter vivos, valores de cunho hierárquico: o elo comandantes e comandados para conquista de objetivos comuns, bem como elemento moral compensando e dignificando a vitória apesar do despreparo militar.

⁵⁶ LEONZO, Nanci. Op. cit. p. 59.

⁵⁷ CURADO, Silvino da Cruz. Op. cit. p. 51.

Vale aqui ressaltar que, apesar da estrutura da subversão está calcada no “homem da terra”, como foi demonstrada nos parágrafos anteriores, os níveis mais elevados dos diversos agrupamentos mantiveram-se subordinados à coroa portuguesa, que se fez representar, nos principais embates, por um governo constituído pelos mestres-de-campo e governadores com poderes de capitão-general. Para CURADO,⁵⁸ estes fatos têm outra explicação, qual seja: a presença destes representantes da coroa seria um sinal concreto do interesse de D. João IV por aqueles tão sacrificados vassalos.

As influências da guerra holandesa sobre as instituições militares brasileiras se fizeram sentir também nos equipamentos, armamentos, fortificações, fardamento, estado sanitário da tropa e nas operações, contribuindo para o fortalecimento militar do Brasil. Sobre estas mudanças observadas, a exposição de FROTA⁵⁹ no tocante ao fardamento utilizado pela tropa durante os combates, que bem demonstra a precariedade das roupas e o enfoque paternalista dado aos nossos líderes militares: “(...) *a força brasileira não se apresentava fardada. Cada qual usava a roupa que estava habituado (...) em sua maioria, encontravam-se descalços (...) mesmo os oficiais e os líderes que dispensaram esta parte do vestuário, objetivando que os demais não pudessem se sentir humilhados (...)*” (grifos meus).

Este tipo de apelação é presente na Força, tendo o superior o dever supremo de tratar com bondade e igualdade os subordinados (falso moralismo).

Findas as lutas holandesas as forças terrestres iriam adquirir uma nova feição: “*estava lançada a semente para o emprego de um Exército capaz, independente, resoluto e profissional (...)*”.⁶⁰ Neste contexto, realçando mais uma vez a união das raças, SORIANO⁶¹ observa que na luta contra ingleses, franceses, espanhóis e holandeses, na defesa da terra, os indígenas e os negros tiveram papel decisivo, possibilitando a sedimentação de inúmeros aspectos doutrinários ainda presentes no Exército atualmente. “*O embrião do Exército Brasileiro, entretanto já existia: havia crescido, tornara-se robusto e autêntico, forjado nas lutas contra os invasores estrangeiros. À fibra dos negros de Henrique Dias e dos Índios de Felipe Camarão, fundir-se-ia a garra do bandeirante paulista e do caudilho gaúcho*”.

Fica difícil de enquadrar dentro do mesmo polo, lutando pelos mesmos ideais e ao lado do português, os índios de Felipe Camarão e o bandeirante paulista, que caçava e aprisionava

⁵⁸ Ibid. p. 52. }

⁵⁹ FROTA, Guilherme de Andrea. Op. cit. p. 102.

⁶⁰ Ibid. p. 102.

⁶¹ SORIANO, Manoel. Conceito de tática e estratégia. Revista do Exército Brasileiro. p. 64.

índios para utilizá-lo com escravos. Cabe indagar também as razões que levavam este negro e este índio, representados aqui como heróis nacionais, a continuarem marginalizados – estes aspectos não interessam à historiografia militar.

2.7. As lideranças luso-brasileiras em Guararapes

A historiografia oficial-militar dá um enfoque todo especial às lideranças surgidas no decorrer dos conflitos que culminaram com a saída dos holandeses do Nordeste brasileiro. Tanto o negro, o branco e o índio são exaltados, valorizados, enfim, glorificados. Coragem, força, perseverança, heroísmo, garra, discernimento, preparo profissional, entre outros atributos, são enfatizados. Este enfoque é dado, como forma de passar às gerações que formam o Exército hoje, valores de grandeza, essenciais ao soldado, na manutenção da soberania outrora reconquistada.

Dentro desta temática, MOURA⁶² afirma que as lideranças luso-brasileiras empenhadas em Guararapes já integravam as tropas nativas, desde a invasão da Bahia, em 1624. Como chefes que mais contribuíram para a vitória luso-brasileira sobre os holandeses destaca: Francisco Barreto de Menezes, André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, Henrique Dias, Antonio Felipe Camarão e Antônio Dias Cardoso.

Sobre o militar português Mestre-de-campo General Francisco Barreto de Menezes, a historiografia em questão traça um perfil de um militar experiente, abnegado e de valor, dotado de conhecimentos táticos e estratégicos da arte de combater à frente de seu tempo. Enviado por D. João IV para comandar a guerra contra o invasor holandês, foi recebido com grande júbilo pela tropa e população pernambucana, assumindo de imediato o comando das operações. Foi ele que confiou aos seus chefes imediatos a condução das ações – estes conheciam melhor o terreno e estavam mais afeitos à guerra de emboscadas.

O paraibano André Vidal de Negreiros desde 1624 já estava incorporado às tropas luso-brasileiras, destacando-se pelo seu valor, bravura, tenacidade, e amor à terra que o viu nascer. Na tentativa de conquista de conquista de Pau Amarelo, janeiro de 1640, Vidal de Negreiros, teve participação valorosa, demonstrando mais uma vez qualidades inatas de soldado. Vidal de Negreiros teria sido o verdadeiro coordenador do movimento de libertação, tornando-se

⁶² MOURA, Aureliano Pinto. Os grandes heróis em Guararapes. Revista do Exército Brasileiro. p. 71.

o diretor da guerra, até a chegada do General Barreto de Menezes. Dos combates da Casa Forte até a expulsão dos holandeses, revelou-se um bravo condutor de homens. Coube-lhe ainda ser o emissário ao Rei de Portugal levando a notícia da restauração pernambucana.

João Fernandes Vieira, natural da Ilha da Madeira, era filho de uma escrava que migrou para o Brasil em 1620. Trabalhou no comércio em Olinda, tendo participado da resistência ao invasor nas lutas de 1630, merecendo, referências elogiosas por parte do inimigo. Com a ocupação de Recife, Vieira passou a conviver com os holandeses chegando a ser eleito para a assembléia de representantes dos distritos da Nova Holanda. Rico comerciante, a saída de Nassau, o deixou em difícil situação junto à Companhia. Neste momento Fernandes Vieira retomou o movimento restaurador. Em 26 de junho de 1645, lançou um proclamação ao povo, concitando-o a pegar em armas contra o invasor. Após a vitória, recuperou todos os seus bens confiscados - a historiografia militar esquece este pequeno detalhe.

MOURA⁶³ não afirma com certeza o local de nascimento do negro Henrique Dias. Em 1630, apresentou-se como voluntário, juntamente com outros negros, para servir sob ordens de Matias de Albuquerque, por ocasião da invasão holandesa. Henrique Dias destacou-se em todos os combates em que esteve presente, sempre com bravura, destemor, amor à causa, lealdade. No combate de Porto Calvo, em 1637, foi ferido na mão esquerda, que teve que ser amputada. Em Guararapes combateu até sofrer mortal ferimento.

A naturalidade de Antônio Felipe Camarão também é discutível; contudo o mais certo é que tenha nascido no Rio Grande do Norte, em 1606. Combatente desde os primeiros momentos da invasão, em 1630, comandava sua tropa sob as ordens de Matias de Albuquerque. Foi sempre um exemplo de coragem, dedicação e lealdade. Pelo seu valor e desempenho em combate recebeu o título de "Dom e de governador dos índios". Morreu em combate em 1648.

Antônio Dias Cardoso foi um bravo e experiente militar, sempre presente nas lutas contra os holandeses, desde 1624. Profundo conhecedor do território, mestre na guerra de emboscada, era respeitado por todos, foi o primeiro a organizar as companhias de emboscadas. Foi escolhido para preparar a tropa e para fazer o reconhecimento do inimigo nas vésperas da batalha.

⁶³ MOURA, Aureliano Pinto. Op. cit. p.72.

O líder é o espelho dos seus liderados. Ele tem que demonstrar dedicação, amor a causa, conhecimento profissionais, inteligência, discernimento, senso de justiça, entre outros. Com estes valores, poderá impor sua voz e seus objetivos aos liderados, cobrando disciplina, pronta obediência, sacrifícios, inclusive da “própria vida”.

A saga destes “bravos heróis”, “*nem mamelucos nem cafuzos, nem portugueses ou índios, tampouco negros ou mulatos, todos brasileiros. Uma só vontade, única identidade (...)*”⁶⁴ está presente - seja através de bustos, nomes de pátio, Organizações Militares, temas de canções, entre outros - em todos os quartéis deste país de dimensões continentais, como exemplo de dedicação e amor ao solo pátrio.

“Neste solo onde as três raças nos legaram o embrião do sentimento de Nação, hoje eu sou um descendente desses bravos, sou soldado com orgulho e vibração (...) No Nordeste, Pernambuco, Alagoas, Paraíba e mais o Estado Potiguar, delimitam onde eu levo a minha ação, mas Guararapes tem que ser o meu altar (...) Pátria Brasil! Pátria Brasil! Exército forjado no ideal Nação, Pátria Brasil! Pátria Brasil! O negro, o branco e o índio, um só coração (...)” (grifos meus)⁶⁵

2.8. O legado transmitido ao Exército Brasileiro de hoje

Os exemplos de abnegação, coragem, espírito de sacrifício e de amor à Pátria dos patriotas de Pernambuco foram incorporados às gerações de soldados, representantes do Exército hoje. O Exército Brasileiro, cuja concepção básica condiciona-se às tradições, vocações e valores definidos ao longo do processo histórico-cultural da Nação, tem, no decorrer dos anos, tido o reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao país.

É esta concepção trabalhada pela historiografia oficial-militar, tanto para seus quadros, como para o público em geral, e dentro dela a “*Força Terrestre orgulha-se de sua missão e tem consciência de sua importância*”⁶⁶. Diferentemente de outros exércitos, que se desdobram segundo critérios estratégicos, o Exército Brasileiro, adota historicamente um dispositivo disperso, capilar, permitindo atingir um objetivo mais amplo: “*manter o contato e aprofundar o relacionamento e a integração com o povo brasileiro, de onde o Exército surgiu e com o qual continua a se identificar*”.⁶⁷

⁶⁴ INFORMEx nº 011, Abr 99. A palavra oficial do Exército.

⁶⁵ UCHOA, Paulo Roberto Yog. Letra da Canção da 7ª RM/7ª DE.

⁶⁶ JABORANDY, José Luiz. Reflexos as gerações futuras . Revista do Exército Brasileiro. p. 21.

⁶⁷ JABORANDY, José Luiz. Op. cit. p. 24. ?

O Exército Brasileiro, hoje, está em perfeita consonância com a conjuntura nacional vigente, seja estabelecendo estratégias condizentes de modo a compatibilizar a carência de recursos com a inegável necessidade de manter-se capacitado a continuar cumprindo a sua destinação constitucional, ou transmitindo, aos jovens brasileiros nos quartéis, ensinamentos de civismo e cidadania.

Portanto, por sua presença em todas as regiões do país, pelo sentido nacional de sua formação, por ser integrado por brasileiros de todos os quadrantes, sem qualquer distinção de classe, raça, credo, ou condição social, a Força Terrestre tem se proposto a desempenhar o papel de elo e de união da gente brasileira.

É esta a visão do Exército Brasileiro hoje. Daí a necessidade primordial de recorrer ao passado, criar mitos, fazer heróis, para assim inculcar em seus quadros valores; valores que personalizam um caráter, moldados de acordo com os critérios dos chefes militares. O importante é o efeito causado, independente das verdades, e as condicionantes que agiram dentro do processo histórico. Não seria mentir, mais sim omitir fatos relevantes, que impulsionaram os acontecimentos, e que são esquecidos, devido a interesses alheios à vontade de uma maioria, que se deixa manipular, aceitando como verdadeiros e honestos o enquadramento dado por esta historiografia.

3. CRÍTICA À HISTORIOGRAFIA OFICIAL-MILITAR

3.1. Índios e negros: lutando ao lado de ambas as partes envolvidas no conflito

A historiografia oficial-militar dá ao índio um tratamento dúbio. Quando do início da conquista, este índio é colocado como um obstáculo à consolidação da posse e posterior colonização da colônia, primeiro pela forma “selvagem” e “agressiva” com que se apresentavam; segundo, pela possibilidade premente do mesmo se aliar com outros países da Europa, concorrentes de Portugal: “(...) o problema militar que a Portugal se apresentava no Brasil tinha um duplo aspecto: de um lado, fazia-se preciso poder conquistar ou dominar os índios; de outro, repelir os civilizados que tentassem se intrometer e se instalar nas terras ou servirem-se dos índios na sua rivalidade econômica e comercial” (grifos meus).⁶⁷

Ou seja, para esta historiografia não era um problema fácil. A terra estava ainda desconhecida e habitada por povos de um “grau de evolução” desconhecido em seus íntimos aspectos. Povos que também tinham, como os “civilizados” ocidentais, lutas e disputas entre si.

Daí foi que nos primeiros contatos dos “civilizados” com os “selvagens”, o interesse dos chefes dos portugueses em manter com eles boas relações: “(...) a melhor e mais segura política era a de atrair a si, pelo meios de persuasão, tais elementos de força”.⁶⁸

No decorrer do processo de colonização, os portugueses foram realizando alianças com algumas tribos, para combater outras tribos, bem como os outros inimigos europeus, que, por sua vez tinham índios como aliados.

Portanto, a própria historiografia militar respalda a afirmativa de que o índio tenha lutado, durante as lutas pela posse definitiva do Brasil, particularmente no Nordeste brasileiro, durante o século XVII, ao lado de Portugal e da Holanda.

Os holandeses contaram com ajuda de gente da terra, tanto nos conflitos ocorridos na Bahia como em Pernambuco.

⁶⁷ MAGALHÃES, João Batista. Op. cit. p. 382

⁶⁸ FAUSTO, Boris. História do Brasil. As invasões holandesas. 6. ed. p.32.

Por sua importância Calabar ficou conhecido como o grande “traidor” na primeira fase guerra. Seus conhecimentos sobre o terreno e as das técnicas de luta utilizada pelos luso-brasileiros ajudaram em muito os holandeses na vitória em diversos combates.

Contudo ele não foi o único. Vários senhores de engenho e lavradores de cana, cristãos-novos, negros escravos, índios tapuias, mestiços pobres e miseráveis estiveram ao lado dos holandeses.

A historiografia militar ressalta muito a união das três raças: o negro, o índio e o branco, lutando por um objetivo comum. Entretanto quando passamos a analisar dados estatísticos dos percentuais de cada elemento envolvido no conflito, constatamos que a participação dos índios de Felipe Camarão e os negros de Henrique Dias, foi em níveis muito reduzidos, equivalendo, por exemplo, o contingente de Henrique Dias a 10% do total dos homens em armas e a 0,75% da população escrava da região.

Fica difícil imaginar que as forças luso-brasileiras constituíram um modelo de união das três raças.

Na realidade este tipo de enfoque dados aos fatos históricos passados, seja omitindo dados ou alterando verdades, se presta muito bem ao imaginário de uma nação, pautada pela igualdade, democracia racial, numa tentativa de amenizar as disparidades sociais e as tensões e conflitos delas resultantes.

3.2. Da real situação de índios e negros no Brasil Colônia – uma síntese

A chegada dos “civilizados” representou para os índios uma verdadeira catástrofe. Os portugueses, e em especial os padres, no primeiro momento do contato, foram associados na imaginação dos “selvagens” aos grandes pajés: “(...) *os homens brancos eram ao mesmo tempo respeitados, temidos e odiados, como homens dotados de poderes especiais.*”⁶⁹

O fato de não existir um nação indígena e sim grupos dispersos, na maioria das vezes em conflito, favoreceu aos portugueses, no processo de dominação destes, apesar da resistência indígena ao elemento branco, sobretudo quando se tratou de escravizá-los.

⁶⁹ Ibid. p. 38.

Para FAUSTO⁷⁰ a escravidão do índio não foi consolidada, principalmente face a “catástrofe demográfica” a que foram submetidos. Eles foram vitimados de doenças como sarampo, varíola, gripe, para as quais não tinham defesa biológica. Duas ondas epidêmicas se destacaram por sua violência entre 1562 a 1563, matando mais de 60 mil índios.

A morte destes índios, que em parte se dedicavam a plantar gêneros alimentícios, resultou em uma fome no Nordeste e em perda de braços, incentivando, na década de 1570 a importação desenfreada de africanos. A coroa portuguesa, por sua vez, se viu obrigada a tomar medidas através de várias leis, para impedir o morticínio e a escravidão dos índios.

Estas leis, recheadas de ressalvas, eram geralmente burladas.

*“ (...) Escravizavam-se índios em decorrência de guerras justas – guerras consideradas defensivas, ou como punição pela prática de antropofagia. Escravizava-se também pelo resgate, ou seja, a compra de indígenas prisioneiros de outras tribos (...)”.*⁷¹

Somente em 1758 a Coroa determinou a libertação definitiva dos indígenas.

Do contato com o europeu resultou uma população mestiça, que se encontram, ainda hoje, marginalizada dentro da sociedade brasileira.

Milhões de índios viviam no Brasil na época da conquista e apenas cerca de 250 mil existem nos dias de hoje.

O negro, por sua vez, tinha ainda mais dificuldades de realizar sua defesa, até porque se encontrava num território totalmente desconhecido. Apesar dessas dificuldades se opuseram à escravidão, e não a aceitaram passivamente. Fugas individuais ou em massa, principalmente para os quilombos, agressões contra senhores, resistência cotidiana fizeram parte das relações entre senhores e escravos.

FAUSTO⁷² destaca o quilombo de Palmares, que resistiu por quase cem anos aos ataques de portugueses e holandeses, vindo a ser destruído, em 1695, pelas tropas de Domingos Jorge Velho.

Os africanos foram trazidos do chamado “continente negro” para o Brasil em fluxo de intensidade variável. Os cálculos sobre o número de pessoas transportadas como escravos para o Brasil variam muito. Vejamos o quadro a seguir:

⁷⁰ Ibid. p. 42.

⁷¹ Ibid. p. 48.

⁷² Ibid. p. 49.

AFRICANOS DESEMBARCADOS EM PORTOS BRASILEIROS			
<i>ANO</i>	<i>TOTAL</i>	<i>MÉDIA ANUAL</i>	<i>SÉCULO</i>
1531-1575	10.000	222	XVI – 50.000
1576-1600	40.000	1.600	
1601-1625	100.000	4.000	XVII – 560.000
1626-1650	100.000	4.000	
1651-1675	185.000	7.400	
1676-1700	175.000	7.400	
1701-1710	153.700	15.370	XVIII – 1.680.100
1711-1720	139.000	13.900	
1721-1730	146.300	14.630	
1731-1740	166.100	16.610	
1741-1750	185.100	18.510	
1751-1760	169.400	16.940	
1761-1770	164.600	16.460	
1771-1780	161.300	16.130	
1781-1790	160.900	16.090	XIX – 1.732.200
1791-1800	233.700	23.370	
1801-1810	241.400	24.140	
1811-1820	327.700	32.770	
1821-1830	431.400	43.140	
1831-1840	334.300	33.430	
1841-1850	378.400	37.840	

FONTE: VIANNA, Hélio. História do Brasil. 15. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994, p.32

O quadro exposto evidencia bem a presença do escravo negro no Brasil de forma ativa, por de três séculos, como força motriz do processo produtivo.

Já nas últimas décadas do século XVI, o tráfico e o comércio negreiro já estavam montados e demonstrando lucratividade. Os colonizadores tinham cohecimento das habilidades dos negros, sobretudo por sua rentável utilização na atividade açucareira das ilhas do Atlântico.

Como pode a historiografia oficial-militar achar fundamento numa aliança concreta entre raças, quando os fatos retratam o bandeirante paulista massacrando o negro em Palmares, como sendo o mesmo que lutou ao seu lado, irmanados, pela expulsão do invasor holandês?

Diferente do tratamento dado ao índio, nem a Igreja nem a Coroa se opuseram à escravidão do negro. Ordens religiosas como a dos beneditinos estiveram mesmo entre os grandes proprietários de cativos.

Vários argumentos foram utilizados para justificar a escravidão africana. Dizia-se que se tratava de uma instituição já existente na África e assim apenas transportavam-se cativos para o mundo cristão, onde seriam civilizados e salvos pela verdadeira religião.

No tocante à legislação, evidencia-se um contraste com os indígenas. Estes, apesar do não cumprimento, contavam com leis protetoras, ao passo que o negro escravizado não tinha direitos, face sua situação ser ambígua: coisa e pessoa, essa última quando era sujeito do crime. Perante a lei respondia como pessoa, economicamente era coisa, com valor no mercado.

Exposta sinteticamente a situação de índios e negros no Brasil colonial, não temos como acreditar em negro, índio e o branco, unidos por um mesmo ideal. Nem mesmo em apoio fundamental e irrestrito para expulsão do holandês, tão evidenciado pela historiografia militar. Estes continuaram marginalizados, inclusive, no caso dos negros, tendo aumentado sua importação para Brasil (ver região mais escura do quadro).

Aliados de seus direitos, estavam inseridos num contexto econômico, como mão-de-obra fundamental no processo de exploração Metrópole-Colônia.

3.3. Razões do conflito entre holandeses e luso-brasileiros

Diferente do enfoque dado pela historiografia oficial-militar, na qual se sobressaem os aspectos militares e o valor dos soldados na expulsão do invasor, temos uma historiografia que analisa fatores econômicos, políticos, sociais, que também tiveram importância no desenrolar deste processo.

Para FAUSTO ⁷³ as invasões holandesas que ocorreram no século XVII foram o maior conflito político-militar da Colônia, e que, apesar de concentradas no Nordeste, fizeram parte do quadro das relações internacionais entre os países europeus, revelando a dimensão da luta pelo controle do açúcar e das fontes de suprimento de escravos.

A resistência às invasões representou um grande esforço financeiro e militar com base em recursos não só externos como locais: *"(...) foi um indício das possibilidades de ação autônoma da gente da Colônia, embora estivesse ainda longe a existência de uma identidade separada da Metrópole (...)".* ⁷⁴

⁷³ Ibid. p. 48.

⁷⁴ Ibid. p. 51.

A história da ocupação flamenga é um claro exemplo das relações entre produção colonial e tráfico de escravos - “(...) *uma luta pelo açúcar e, sustentado pelo açúcar, através dos impostos cobrados pela Coroa.*” ⁷⁵

Tão logo conseguiram estabilizar a indústria açucareira no Nordeste, os holandeses trataram de garantir o suprimento de escravos, controlando suas fontes na África. Daí o combate ter ocorrido em duas frentes, distantes geograficamente, mais interligadas – vários pontos da costa africana foram ocupados em 1637. Não por acaso, João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, líderes do movimento restaurador, estiveram à frente da administração portuguesa na Angola.

Dentro do mesmo enquadramento econômico, MELLO ⁷⁶ procurou submeter à prova da realidade as alegações de que a expulsão do invasor holandês havia sido alcançada “a custa de nosso sangue, vidas e fazendas”, ou seja, mediante a mobilização exclusiva ou predominante dos recursos da sociedade açucareira do Nordeste.

Em seus estudos critica os argumentos de que a defesa de Pernambuco contra os holandeses, a expulsão destes, por um punhado de homens desprovidos de todos os recursos, mesmo contra a vontade da Metrópole, bem como o pedestal que embalou o surgimento do patriotismo – “pretos, brancos, indígenas e portugueses, em defesa da pátria, em defesa da liberdade”. Soberania sim, do rei de Portugal, que via o Brasil, como única fonte de renda possível, para devolver uma situação financeira favorável para a Coroa.

MELLO ⁷⁷ afirma que a restauração não pode ser encarada como ato sem o Rei e contra a vontade do Rei. Antes de um ato de desobediência, constituía uma prova da mais eloqüente fidelidade, na medida que devolvia para sua majestade suas possessões perdidas com a União Ibérica (1580).

Enfim, o tema da restauração como empresa histórica da “nobreza da terra” constituiu a justificação do direito que ela se arrogava de dominar politicamente a capitania - “*Os vínculos coloniais entre Pernambuco e Portugal foram assim redefinidos a partir do papel exercido pela açucarocracia na liquidação do domínio holandês, apresentada como obra exclusiva sua*”. ⁷⁸

⁷⁵ MELLO, Evaldo Cabral. Rubro Veio. O imaginário da restauração pernambucana. p. 32.

⁷⁶ Ibid. p. 35.

⁷⁷ Ibid. p. 62.

⁷⁸ Ibid. p. 81.

Na realidade o que prevaleceu neste processo foram os aspectos econômicos. O Brasil, nas mãos de portugueses e holandeses, manteve a mesma condição de colônia de exploração integrada no sistema colonial

4. CONCLUSÃO

Em síntese a historiografia oficial-militar é enfática nas argumentações que afirmam que os primórdios de nossa nacionalidade e do Exército Brasileiro estão fincadas nas lutas que culminaram com a expulsão do invasor holandês.

Esquecendo aspectos fundamentais neste processo, ela prima pelos feitos heróicos. Atos de bravura, abnegação, desprendimento, amor à pátria, são realçados, repetidos, enaltecidos, valorizados.

O negro, o índio e o branco, irmanados, integrados por um mesmo objetivo é o registro da “nossa fraternidade racial e cultural” presente nas figuras dos líderes do movimento restaurador.

Esta historiografia não se presta a questionamento fora do contexto heróico da guerra. Em nenhum momento ela questiona as razões que levaram este índio, figura que participou ativamente da defesa da terra, a permanecer, desde a conquista até os dias de hoje, marginalizado no processo de desenvolvimento da nação. Que motivos contribuíram para o negro, descendente dos “Henriques Dias”, permanecer em condições miseráveis de vida, refletido, ainda hoje, nas questões raciais e discriminatórias, e na dificuldade de ascensão social para este sujeito ?

Portanto, esta visão da história, que omite dados, e cria “ilusões”, se presta bem para questões ideológicas da Corporação. Ou seja, manter, através do exemplo, a hierarquia, disciplina, abnegação, sacrifícios, tão importantes para a continuidade da Força.

A esta historiografia não interessa refletir sobre os interesses econômicos que resultaram na “Insurreição Pernambucana”; se realmente negros e índios tinham alguma razão para participar do conflito; se os senhores de engenhos, financiadores principais do movimento, só começaram o movimento restaurador, no momento em que a presença dos holandeses já não mais interessava. Os portugueses também não seriam considerados invasores, e seus objetivos na colônia eram meramente comerciais.

5. BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL. Decreto de 24 de março de 1994. Institui o dia 19 de abril como o “Dia do Exército Brasileiro”. **Diário Oficial da União** nº 58, de 15 de março de 1994.
2. BITTENCOUT, Armando de Senna. A insurreição em Pernambuco. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, p. 26-34, 1998.
3. _____. A ocupação do Nordeste Brasileiro. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, p. 20-25, 1998.
4. _____. Guararapes 350 anos – 1648/1998. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, p. 20-25, 1998.
5. CALMON, Pedro. **História do Brasil. Século XVII – Formação Brasileira**. A Segunda investida flamenga. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981, v. 3, p. 531-544.
6. _____. **História do Brasil. Século XVII – Formação Brasileira**. As origens do século XVII. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981, v. 3, p. 515-525.
7. CAMPOS, Raymundo Carlos Bandeira. **Grandezas do Brasil no tempo de Antonil (1681-1716)**. São Paulo: Atual, 1996.
8. CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO. Guararapes 350 anos. **Revista Verde-Oliva**, Brasília, n.159, jan./fev.,1998.
9. _____. Sedutoras e vulneráveis. **Revista Verde-Oliva**, Brasília, n.160, mar./abr.,1998.

10. _____. Uma cidade para holandês ver. **Revista Verde-Oliva**, Brasília, n.160, mar./abr.,1998.
11. CURADO, Silvino da Cruz. A estratégia e o poder militar dos luso-brasileiros na expulsão dos holandeses do Brasil. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, p. 43-55, 1998.
12. FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6. ed. São Paulo: USP, 1999.
13. FROTA, Guilherme de Andrea. Forças terrestres luso-brasileiras. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, p. 99-104, 1998.
14. FERREIRA, Olavo Leonel. **História do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Ática, 1995, p. 83-94.
15. GRIECO, Francisco de Assis. Guararapes, o despertar da nacionalidade. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, p. 13-20, 1998.
16. JABORANDY, José Luiz. A Insurreição Pernambucana. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 3, n.135, p. 10-15, 1998.
17. _____. 19 de abril: Dia do Exército Brasileiro. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 3, n.135, p. 5, 1998.
18. _____. Os holandeses em Pernambuco (1630-1654). **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 3, v. 135, p. 6-8, 1998.
19. _____. O governo Nassau (1637-1644). **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 3, n.135, p. 8-10, 1998.
20. _____. Reflexos às gerações futuras. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 135, p. 20-26, 1998.

21. LEONZO, Nanci. Companhias de Ordenanças e de milícia ao tempo de Guararapes. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, p. 55-64, 1998.
22. LIMA, Felício. As raízes do Exército Brasileiro estão fincadas nos montes Guararapes. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 131, n.4, p. 7-10, out./dez.,1994.
23. _____. Expulsão dos holandeses do Brasil. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 3, n.135, p. 39-53, out./dez.,1998.
24. LOPES, Fátima Martins. A Escravidão Indígena na Historiografia Brasileira. **CADERNO DE HISTÓRIA**. Natal: UFRN, v. 3, n. 1, p. 7-29, jan./jun., 1996.
25. LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Colonial**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 54-68.
26. LUCENA, Zenildo. Dia do Exército Brasileiro. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, ed. especial, 1998.
27. MAGALHÃES, J. B. **A Evolução Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1998, p. 382.
28. MELLO, Evaldo Cabral. **Rubro Veio – O imaginário da restauração pernambucana**. 2. ed. Revisada e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 31-105.
29. MOURA, Aureliano Pinto. Os grandes heróis em Guararapes. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, ed. especial, p. 70-79, 1998.
30. PEDROSA, José Fernando de Maya. **História do Exército Brasileiro – perfil militar de um povo**. Nassau: administrador e soldado. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972, p. 150-162.

31. QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. **Escravidão Negra em Debate**. In: Freitas, Marcos Cézar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 103-144.
32. *Revista do Exército Brasileiro*. Editorial, v. 3, n. 35, 1998
33. RONCARI, Luiz. et al. **Brasil História – texto e consulta**. Holandeses: a luta pelo açúcar. São Paulo: Brasiliense. , 1976, p. 141-186.
34. SANTOS, Francisco Ruas. **História do Exército Brasileiro – perfil militar de um povo**. A invasão da Bahia. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972, p. 106-125.
35. _____. **História do Exército Brasileiro – perfil militar de um povo**. A invasão de Pernambuco. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972, p. 131-149.
36. SORIANO, Manoel. Conceito de tática e estratégia. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 131, n. 4, p. 60-74, 1998.
37. SOUZA, Wagner Alcides. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, p. 83-90, 1998.
38. VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994, p. 114-131.
39. VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3. ed. Brasília: UNB, 1995, p. 17-18.